

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Dividendo	21/03/2012	Ordinária		0,23530
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Dividendo	21/03/2012	Ordinária		0,91185
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/03/2012	Ordinária		0,02958
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/03/2012	Ordinária		0,00604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.618.709	1.441.799
1.01	Ativo Circulante	323.163	481.314
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	138.856	268.131
1.01.01.01	Caixa e Bancos	138.856	268.131
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.748	9.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.748	9.663
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	173.559	203.520
1.01.08.03	Outros	173.559	203.520
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital proprio a receber	173.357	203.327
1.01.08.03.02	Outros creditos	202	193
1.02	Ativo Não Circulante	1.295.546	960.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	154.813	214.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	154.813	214.926
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	154.813	214.926
1.02.02	Investimentos	1.111.979	718.064
1.02.02.01	Participações Societárias	1.111.979	718.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.111.979	718.064
1.02.03	Imobilizado	12.263	12.953
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.263	12.953
1.02.04	Intangível	16.491	14.542
1.02.04.01	Intangíveis	16.491	14.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.618.709	1.441.799
2.01	Passivo Circulante	282.509	335.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.890	5.776
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.890	5.776
2.01.02	Fornecedores	1.747	3.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.747	3.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.223	824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.223	824
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.223	824
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	203.089	191.589
2.01.04.02	Debêntures	203.089	191.589
2.01.05	Outras Obrigações	70.051	134.523
2.01.05.02	Outros	70.051	134.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.727	132.638
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.324	1.885
2.01.06	Provisões	509	0
2.01.06.02	Outras Provisões	509	0
2.01.06.02.04	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	509	0
2.02	Passivo Não Circulante	251.430	248.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	251.402	248.539
2.02.01.02	Debêntures	251.402	248.539
2.02.02	Outras Obrigações	21	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	21	7
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	21	7
2.02.03	Tributos Diferidos	7	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.084.770	857.341
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	158	111
2.03.04	Reservas de Lucros	279.010	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reservas de dividendos	244.119	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	108.887	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.829	26.005
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.699	-12.294
3.03	Resultado Bruto	13.130	13.711
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	108.148	82.377
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.136	-1.138
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.136	-1.138
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	3
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	109.284	83.512
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.278	96.088
3.06	Resultado Financeiro	-2.758	-10.024
3.06.01	Receitas Financeiras	12.172	11.323
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.930	-21.347
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	118.520	86.064
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.246	-1.683
3.08.01	Corrente	-3.239	-837
3.08.02	Diferido	-7	-846
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.274	84.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	115.274	84.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16545	0,22000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	115.274	84.381
4.03	Resultado Abrangente do Período	115.274	84.381

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.363	23.446
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.711	26.638
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.520	86.064
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.480	1.265
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	1.138	1.138
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.385	21.306
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-109.284	-83.512
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado	472	377
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.348	-3.192
6.01.02.01	Juros pagos	-22	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.085	-1.075
6.01.02.03	Outros créditos	-9	-363
6.01.02.04	Fornecedores	-1.453	-202
6.01.02.05	Obrigações sociais	114	1.332
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	399	-2.028
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-562	-81
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.730	-775
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	106.596	-23.736
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-3.211	-2.266
6.02.02	Empresas ligadas	60.127	-21.470
6.02.04	Dividendos recebidos	49.680	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-257.234	0
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-257.234	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-129.275	-290
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	268.131	183.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	138.856	183.522

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	47	-186.937	-6.387	0	112.155
5.04.06	Dividendos	0	0	-186.937	0	0	-186.937
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.387	0	-6.387
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	47	0	0	0	47
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.274	0	115.274
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.274	0	115.274
5.07	Saldos Finais	696.715	158	279.010	108.887	0	1.084.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.381	0	84.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.381	0	84.381
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	84.381	0	663.892

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	31.357	29.302
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	31.357	29.302
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.099	-4.572
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.963	-3.437
7.02.04	Outros	-1.136	-1.135
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.258	24.730
7.04	Retenções	-1.480	-1.265
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.480	-1.265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.778	23.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	121.456	94.835
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	109.284	83.512
7.06.02	Receitas Financeiras	12.172	11.323
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	147.234	118.300
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	147.234	118.300
7.08.01	Pessoal	10.256	7.592
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.018	6.127
7.08.01.02	Benefícios	814	1.123
7.08.01.03	F.G.T.S.	424	342
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.302	4.980
7.08.02.01	Federais	6.675	1.683
7.08.02.02	Estaduais	0	3.297
7.08.02.03	Municipais	627	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.402	21.347
7.08.03.01	Juros	11.522	17.700
7.08.03.03	Outras	2.880	3.647
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	115.274	84.381
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.387	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.887	84.381

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.062.557	2.764.145
1.01	Ativo Circulante	462.482	567.177
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	281.741	431.943
1.01.01.01	Caixa e Bancos	281.741	431.943
1.01.03	Contas a Receber	68.685	66.325
1.01.03.01	Clientes	68.685	66.325
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.956	10.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.956	10.374
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.736	4.062
1.01.07.01	Premios e Seguros a Apropriar	2.736	4.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.364	54.473
1.01.08.03	Outros	96.364	54.473
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliarios	70.071	30.106
1.01.08.03.03	Outros creditos	26.293	24.367
1.02	Ativo Não Circulante	2.600.075	2.196.968
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	121.925	133.080
1.02.01.06	Tributos Diferidos	63.201	20.329
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.201	20.329
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	377	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	755	68.910
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	755	68.910
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	57.592	43.841
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	9.336	6.640
1.02.01.09.04	Titulos e Valores Mobiliarios	48.256	37.201
1.02.03	Imobilizado	98.849	89.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.849	89.285
1.02.04	Intangível	2.379.301	1.974.603
1.02.04.01	Intangíveis	2.379.301	1.974.603

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.062.557	2.764.145
2.01	Passivo Circulante	810.302	801.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.691	14.243
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.691	14.243
2.01.02	Fornecedores	24.833	32.184
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.833	32.184
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.382	14.469
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.382	14.469
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	16.097	14.196
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	285	273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	561.189	513.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.994	146.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150.994	146.406
2.01.04.02	Debêntures	409.148	366.008
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.047	900
2.01.05	Outras Obrigações	109.541	172.759
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.144	1.790
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	36
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	1.754
2.01.05.02	Outros	106.397	170.969
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	69.271	132.638
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	17.785	17.082
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	19.341	21.249
2.01.06	Provisões	82.666	54.227
2.01.06.02	Outras Provisões	82.666	54.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	47.653	24.854
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	12.794	12.527
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.219	16.846
2.02	Passivo Não Circulante	1.164.421	1.102.566
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	919.839	934.977
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.944	112.481
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	109.944	112.481
2.02.01.02	Debêntures	809.874	822.306
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	21	190
2.02.02	Outras Obrigações	57.230	59.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2	0
2.02.02.02	Outros	57.228	59.033
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	3.143	3.272
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal	639	662
2.02.02.02.05	Credor pela concessão	53.446	55.099
2.02.03	Tributos Diferidos	24.474	21.354
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.474	21.354
2.02.04	Provisões	162.878	87.202
2.02.04.02	Outras Provisões	162.878	87.202
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e civeis	33.262	26.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	127.644	58.563
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	1.972	1.929
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.087.834	860.383
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	158	111
2.03.04	Reservas de Lucros	279.010	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reserva de dividendos	244.119	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	108.887	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.064	3.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	365.359	317.156
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-136.191	-123.989
3.03	Resultado Bruto	229.168	193.167
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.369	-13.496
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.273	-13.420
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-19.273	-13.420
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-96	-76
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	209.799	179.671
3.06	Resultado Financeiro	-36.199	-48.928
3.06.01	Receitas Financeiras	13.658	23.499
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.857	-72.427
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	173.600	130.743
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.305	-45.232
3.08.01	Corrente	-52.688	-39.642
3.08.02	Diferido	-4.617	-5.590
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	116.295	85.511
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	116.295	85.511
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	115.274	84.381
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.021	1.130
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,16545	0,22000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	116.295	85.511
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	116.295	85.511
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	115.274	84.381
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.021	1.130

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.013	183.915
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	268.371	229.875
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.600	130.743
6.01.01.02	Depreciação e amortização	32.665	25.473
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	45.153	65.237
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	1.846	3.507
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.251	-134
6.01.01.06	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	1.553	1.497
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	11.347	2.083
6.01.01.08	Const de prov perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	1.696	1.469
6.01.01.09	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras - AVP	1.641	0
6.01.01.10	Prêmio de opções	47	0
6.01.01.11	Tributos diferidos	74	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.358	-45.960
6.01.02.01	Clientes	5.529	6.483
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.369	-1.992
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.199	2.899
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-2.207	-1.478
6.01.02.05	Fornecedores	-12.351	-3.561
6.01.02.06	Obrigações sociais	-469	3.081
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-166	-2.772
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-3.316	-2.693
6.01.02.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-647	-1.097
6.01.02.10	Provisão para manutenção	-12.897	3.115
6.01.02.11	Juros pagos	-9.785	-9.398
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-48.879	-38.547
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.462	-33.532
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-38.259	-30.871
6.02.02	Passivos com partes relacionadas	-204	-1.531
6.02.03	Investimentos em Controladas	0	-1.130
6.02.04	Minoritários	-999	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-293.753	-64.383
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-49.769	-48.333
6.03.02	Credor pela concessão	-2.796	-3.328
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	0	358.475
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-2.855	-371.197
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-11	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-257.234	0
6.03.07	Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	18.912	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-150.202	86.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431.943	252.866
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	281.741	338.866

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	47	-186.937	-6.387	0	112.155	-999	111.156
5.04.06	Dividendos	0	0	-186.937	0	0	-186.937	-999	-187.936
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.387	0	-6.387	0	-6.387
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	47	0	0	0	47	0	47
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.274	0	115.274	1.021	116.295
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.274	0	115.274	1.021	116.295
5.07	Saldos Finais	696.715	158	279.010	108.887	0	1.084.770	3.064	1.087.834

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.381	0	84.381	118	84.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.381	0	84.381	118	84.499
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	84.381	0	663.892	6.782	670.674

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	400.097	337.302
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	350.991	289.253
7.01.02	Outras Receitas	17.765	17.089
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	31.341	30.960
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.390	-88.137
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-83.604	-81.986
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.690	-6.075
7.02.04	Outros	-96	-76
7.03	Valor Adicionado Bruto	307.707	249.165
7.04	Retenções	-32.665	-25.473
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.665	-25.473
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	275.042	223.692
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.658	23.499
7.06.02	Receitas Financeiras	13.658	23.499
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	288.700	247.191
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	288.700	247.191
7.08.01	Pessoal	30.526	23.875
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.379	16.535
7.08.01.02	Benefícios	3.939	6.239
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.208	1.101
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.550	65.378
7.08.02.01	Federais	73.977	45.232
7.08.02.03	Municipais	18.573	20.146
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.329	72.427
7.08.03.01	Juros	35.122	46.414
7.08.03.03	Outras	14.207	26.013
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	116.295	85.511
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.387	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.887	84.381
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.021	1.130

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 1T12: *Margem EBITDA alcança 66,4%*

São Bernardo do Campo, 11 de maio de 2011 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012 (1T12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- O tráfego consolidado no 1T12 apresentou 52.247 milhões de veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 1T12 foi de R\$ 242.540 mil atingindo a expressiva margem de 66,4%.
- A companhia apresentou no 1T12 lucro líquido de R\$ 115.274 mil.

Comentário do Desempenho

Destaques (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos equivalentes	52.247	42.995	21,5%
Tarifa Média ¹	7,42	6,73	10,3%
Receita líquida	365.359	317.156	15,2%
Lucro líquido	115.274	84.380	36,6%
EBITDA ²	242.540	205.222	18,2%
Margem EBITDA	66,4%	64,7%	1,7 p.p
Capex	51.342	30.872	66,3%
Dívida Líquida ³	1.080.961	1.141.205	5,3%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido+IRPJ/CSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização

³ Comparação para dívida líquida refere-se a 1T12x2011

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 52,2 milhões de veículos equivalentes no 1T12.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a consequente versão do patrimônio líquido cindido à Ecocataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interveniente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia

Comentário do Desempenho

das Cataratas S.A- Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Em 30/março de 2012, a Ecocataratas passou a ser, novamente, controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada no 1T12 totalizou R\$ 400.097 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var.
Receitas de Pedágio:			
Ecovias dos Imigrantes	194.279	168.672	15,2%
Ecovia Caminho do Mar	52.286	42.657	22,6%
Ecopistas	51.556	45.583	13,1%
Ecocataratas	17.775	-	n.m
Ecosul	35.095	32.341	8,5%
Receitas Acessórias Concessionárias	11.753	10.391	13,1%
Receita de Serviços e Logística	6.012	6.698	-10,2%
Receita de Construção ICPC-01	31.341	30.960	1,2%
Total	400.097	337.302	18,6%

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 87,7% da receita bruta consolidada no 1T12.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 31,3 milhões, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de eixos equivalentes, ocorrido nas concessionárias referente ao período do 1T12 e 1T11, ambos consolidados na companhia.

Comentário do Desempenho

Eixos equivalentes			
(pagantes)	1T12	1T11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15.218	14.421	5,5%
Ecopistas	20.904	19.795	5,6%
Ecovia Caminho do Mar	4.185	3.561	17,5%
Ecocataratas	6.749	-	n.m
Ecosul	5.191	5.218	-0,5%
Total	52.247	42.995	21,5%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 44,1% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 55,9% corresponderam aos veículos leves.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente, consolidada e por concessionária. -

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2011), 6,6% na Ecopistas (em julho de 2011), 4,5% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2011) e 7,9% na Ecosul (em janeiro de 2012).

Tarifa Média			
(em R\$/ eixo equivalentes)	1T12	1T11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	12,77	11,70	9,1%
Ecopistas	2,47	2,30	7,4%
Ecovia Caminho do Mar	12,49	11,98	4,3%
Ecocataratas	8,07	-	n.m
Ecosul	6,76	6,20	9,0%
Consolidado	7,42	6,73	10,3%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$155.464 mil no 1T12, representando 42,6% da receita líquida.

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var.
Pessoal	30.526	23.875	27,9%
Conservação e manutenção	11.243	13.672	-17,8%
Serviços de terceiros (*)	13.855	11.414	21,4%
Seguros	2.249	1.962	14,6%
Poder concedente	8.755	10.663	-17,9%
Depreciação e amortização	32.667	25.473	28,2%
Provisão para manutenção	11.347	9.265	22,5%
Custo com construção de Obras	31.341	30.960	1,2%
Locações e aluguéis	2.721	1.978	37,6%
Outros	10.760	8.147	32,1%
TOTAL	155.464	137.409	13,1%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 253.887 mil, um crescimento de 18,4% em relação aos R\$214.487 mil obtidos no 1T11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 76,0%, apresentando um crescimento de 1,1 pontos percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 1T12, o EBITDA totalizou R\$242.540 mil, um crescimento de 18,2% em relação aos R\$205.222 mil obtidos no 1T11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 66,4% no 1T12, um crescimento de 1,7 pontos percentual em relação ao 1T11.

EBTIDA Ajustado sem IFRS (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var.
EBITDA IFRS	242.540	205.222	18,2%
Receita de construção	(31.341)	(30.960)	1,2%
Custos de construção	31.341	30.960	1,2%
Provisão para manutenção	11.347	9.265	22,5%
EBITDA Ajustada	253.887	214.487	18,4%
Margem EBITDA Ajustada	76,0%	74,9%	1,1 p.p

Comentário do Desempenho

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var,
Lucro líquido	115.274	84.380	36,6%
Imposto de renda e contribuição Social	57.305	45.232	26,7%
Resultado financeiro	36.199	48.928	-26,0%
Depreciação	32.667	25.477	28,2%
Participação de minoritários	1.021	1.129	-9,6%
Outras despesas/receitas líquidas	74	80	-7,5%
EBITDA	242.540	205.222	18,2%
Margem EBITDA	66,4%	64,7%	1,7 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 1T12 foi negativo em R\$-36.199 mil conforme demonstrado no quadro abaixo:

Efeito financeiro (em milhões de R\$)	1T12	1T11	Var.
Juros sobre debêntures	(28.377)	(34.568)	-17,9%
Juros sobre Financiamentos	(6.745)	(11.846)	-43,1%
Varição monetária debêntures e financiamentos	(8.920)	(18.386)	-51,5%
Varição monetária sobre direito de outorga	(1.846)	(3.507)	-47,4%
Receita sobre aplicação financeira	13.042	20.238	-35,6%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(1.641)	(2.083)	-21,2%
Outros efeitos financeiros	(1.712)	1.224	n.m.
TOTAL	(36.199)	(48.928)	-26,0%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 1T12 totalizou R\$115.274 mil onde representa um aumento de 36,6% em relação aos R\$84.380 mil quando comparado com o mesmo período anterior.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2012, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$1.080.961 mil.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	454.490	440.128	3,3%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	345.747	335.866	2,9%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	418.784	412.320	1,6%	IPCA+8,25%	jan/2023
BNDES -Ecopistas	94.234	96.765	-2,6%	taxa TJLP+2,45% a.a	nov/2021
CBB- Ecovia	6.490	6.213	4,5%	107,7% CDI	maio/2012
CBB- Ecovia	36.494	35.460	2,9%	110,20% CDI	nov/2012
CBB- Ecovia	45.589	44.476	2,5%	109% do CDI	nov/2012
CBB- Ecosul	40.748	39.567	3,0%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Leasing- Ecovias	141	206	-31,6%	1,45% a.m	set/2012
CBB-Ecosul	37.384	36.407	2,7%	109% do CDI	nov/2012
Leasing- Ecovias	461	565	-18,4%	1,34% a.m	dez/2012
Leasing- Ecovias	260	320	-18,8%	1,20% a.m	mar/2013
Leasing- Cataratas	207	-	n.m	1,21% a.m	mar/2013
Divida Total	1.481.029	1.448.292	-2,3%		
Caixa e equivalentes de caixa	281.741	431.943	-34,8%		
Aplicação financeira vinculada	118.327	67.307	75,8%		
Divida Líquida	1.080.961	949.042	13,9%		

(**) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias no período somaram R\$51.342 milhões, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	1T12			1T11		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	9.359	12.826	22.185	11.138	6.151	17.290
Ecopistas	12.065	-	12.065	9.675	-	9.675
Ecovia Caminho do Mar	3.685	-	3.685	2.603	-	2.603
Ecocataratas	5.751	-	5.751	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	4.188	257	4.445	4.329	860	5.189
EcoRodovias Conc. e Serviços	3.211	-	3.211	2.266	-	2.266
CONSOLIDADO	38.259	13.083	51.342	30.011	7.012	37.023

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental

Ecoviver

O Ecoviver é um projeto educativo e artístico que visa a difundir e estimular a conscientização ambiental nas comunidades e em alunos do Ensino Fundamental. Por acreditar que a escola é um dos principais espaços para a difusão de informação, o Ecoviver conta com os educadores como grandes aliados, oferecendo total apoio para a abordagem da questão do lixo em sala de aula e estímulo para trabalhos com os alunos.

- Desde 2006, o Ecoviver já envolveu 223.999 mil alunos, 5.980 mil professores, 1.593 escolas em 24 cidades.
- Além da capacitação de professores e conscientização dos alunos, o projeto também fomentou a realização de Fóruns do Poder Público, eventos que reúnem autoridades como prefeitos e representantes do Ministério do Meio Ambiente, além da sociedade civil dos municípios envolvidos no projeto, a fim de discutir soluções regionais para a gestão de resíduos sólidos.

Comentário do Desempenho

Voleibol Paralímpico

Em 2011, a Companhia iniciou o patrocínio às seleções brasileiras masculina, feminina, masculina de acesso e sub-23 de vôlei paralímpico, também conhecido como vôlei sentado. A decisão pelo patrocínio foi tomada em linha com os princípios da Companhia, investindo em uma ação de longo prazo, com foco em promoção do esporte, conscientização nas estradas e apoio a pessoas que sofreram acidentes de trânsito.

- As seleções masculina e feminina conquistaram vaga nos Jogos Paralímpicos de Londres, que acontecerão no segundo semestre de 2012.

Ecooperar

Projeto com o objetivo de fomentar a cadeia de valor relacionada à gestão de resíduos no ABC paulista, a partir da articulação entre o Consórcio Intermunicipal de Gestão do Resíduo, comunidades e cooperativas de catadores e da capacitação para a geração de renda.

- Em 2011 o projeto capacitou 83 alunos do ensino médio das escolas municipais de Diadema (SP).

Papai Noel Existe

Envolve todos os stakeholders da Companhia. O participante recebe uma carta de uma criança de uma das instituições beneficiadas e precisa apenas responder a carta no site www.papainoelexiste.com, como se fosse o bom velhinho, que a EcoRodovias se responsabiliza por comprar o presente escolhido. Em cada uma das praças é realizada uma festa para a distribuição de alguns dos presentes, com a presença do Papai Noel e a participação dos colaboradores. Os outros presentes são enviados para as instituições, que se encarregam de distribuí-los.

- Em 2011, 73 instituições foram beneficiadas e 10.365 crianças atendidas

De Bem com a Via

Projeto criado para sensibilizar crianças e adolescentes sobre os perigos de brincar com pipas e bola às margens da rodovia. O Ecomóvel visita as comunidades lindeiras do Sistema Anchieta-Imigrantes, no município de Diadema (SP), levando espetáculos teatrais, música, jogos e brincadeiras focadas em educação para o trânsito. Em setembro de 2011 foi inaugurada uma mini-pista de trânsito dentro da Ecovias, extensão do Projeto De Bem com a Via, que tem o objetivo de sensibilizar as crianças de escolas municipais e estaduais sobre a importância de respeitar as regras de trânsito e não brincar às margens da rodovia.

- Em 2011, o projeto atendeu 8.503 pessoas.

Comentário do Desempenho

Educação Infantil no Trânsito

Projeto com objetivo de preparar e conscientizar os futuros condutores para uma direção defensiva, com segurança e responsabilidade, estreitando relações com os usuários da rodovia da Ecosul. A mini-pista é um projeto permanente, aberta à comunidade da região, em que crianças e escolas podem desfrutar da infra-estrutura com foco na educação no trânsito.

- Em 2011 o projeto contou com 890 crianças participantes de 17 escolas de Pelotas e região.

Acessa Comunidade

Projeto de Inclusão digital, que atua nas comunidades lindeiras à Rodovia dos Imigrantes, tem como objetivo apoiar a comunidade no acesso a Inclusão Digital, oferecendo recursos que possibilitem a informação e desenvolvimento. Além de disponibilizar computadores com acesso gratuito a internet, a concessionária disponibiliza, cursos de informática básica e seus colaboradores desenvolvem trabalho voluntário, em horário de expediente.

- Em 2011, 6.317 pessoas foram atendidas.

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias os Imigrantes é o principal corredor de exportação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 32 milhões de veículos todos os anos.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava e Foz do Iguaçu, através de 387,1 km da BR-277. O trecho, que passa pelo município de Cascavel, administra o Lote 03 do Anel de Integração do Paraná.

Comentário do Desempenho



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 20 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná e turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



A maior malha viária concedida do Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes: A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bovespa.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

As movimentações dos saldos do ativo imobilizado, intangível e outros relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2011 podem ser também obtidas nas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2011 disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No primeiro trimestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Joint Arrangements, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (vide nota explicativa 4.b)	100%	-

As atividades das controladas diretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Notas Explicativasb) Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis mensurados com base nos BRGAAP, os saldos contábeis contribuídos foram com data base 29 de fevereiro de 2012, como segue:

	<u>R\$</u>
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	<u>285</u>
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	<u>397.819</u>
Total do não circulante	<u>457.569</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>485.728</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	<u>1.274</u>
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>
NÃO CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas – mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.958
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	<u>6</u>
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>305.432</u>
% de participação detido pela controladora	100,00%
SALDO DO INVESTIMENTO DA CONTROLADORA NA ECOCATARATAS	<u>305.432</u>

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	86	5.057	24.023	26.354
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	86.686	229.441	86.686	229.441
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>52.084</u>	<u>33.633</u>	<u>171.032</u>	<u>176.148</u>
	<u>138.856</u>	<u>268.131</u>	<u>281.741</u>	<u>431.943</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Notas Explicativas

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários - vinculados está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	31.406	38.890
Operação compromissada	35.680	121.168
LFT	<u>19.600</u>	<u>69.383</u>
	<u>86.686</u>	<u>229.441</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	<u>118.327</u>	<u>67.307</u>
Circulante	<u>70.071</u>	<u>30.106</u>
Não circulante	<u>48.256</u>	<u>37.201</u>

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 106,2% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada período. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias (*)	59.063	58.360
Cupons de pedágio	4.836	4.104
Outras contas a receber	<u>4.786</u>	<u>3.861</u>
	<u>68.685</u>	<u>66.325</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	68.685	66.307
Vencidos:		
Até 30 dias	-	17
De 31 a 60 dias	-	1
	<u>68.685</u>	<u>66.325</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.643	9.550	12.572	10.062
Outros	<u>105</u>	<u>113</u>	<u>384</u>	<u>312</u>
	<u>10.748</u>	<u>9.663</u>	<u>12.956</u>	<u>10.374</u>

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

Em 31 de março de 2012, a Companhia possui R\$173.357 (R\$203.327 em 31 de dezembro de 2011) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio a receber, conforme segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	166.683	196.653
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	81	81
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos	<u>6.593</u>	<u>6.593</u>
	<u>173.357</u>	<u>203.327</u>

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber no trimestre findo em 31 de março de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/03/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A	196.653	5.430	(35.400)	166.683
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	81	5.280	(5.280)	81
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	6.593	-	-	6.593
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	-	9.000	(9.000)	-
	<u>203.327</u>	<u>19.710</u>	<u>(49.680)</u>	<u>173.357</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos iniciais	6.640	4.072
Reestruturação societária (*)	2.130	-
Adições	411	3.811
Baixas	(67)	(2.735)
Atualização monetária	<u>222</u>	<u>1.492</u>
Saldos finais	<u>9.336</u>	<u>6.640</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	31/03/2012	Resultado do trimestre	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	438.186	71.123	100%	100%	438.185	372.483	71.123	54.219
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.971	18.555	100%	100%	41.971	28.696	18.555	13.275
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	218.420	5.462	100%	100%	218.420	212.945	5.462	5.852
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	310.400	11.769	100%	-	310.400	-	4.953	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL	30.639	10.212	90%	90%	27.575	27.374	9.191	10.166
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio			-	-	<u>75.428</u>	<u>76.566</u>	-	-
					<u>1.111.979</u>	<u>718.064</u>	<u>109.284</u>	<u>83.512</u>

(*) Refere-se a equivalência patrimonial do período de 1º a 31 de março de 2012, decorrente da operação vide nota explicativa nº4.b).

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Reestruturação Societária (*)</u>	<u>Dividendos e JSCP</u>	<u>Amortização de ágio</u>	<u>Plano de opção com base em ações</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/03/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	-	(5.430)	-	9	71.123	438.185
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	-	(5.280)	-	-	18.555	41.971
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	212.945	-	-	-	13	5.462	218.420
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(9.000)	-	10	9.191	27.575
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	-	-	15	4.953	310.400
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>76.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.138)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.428</u>
	<u>718.064</u>	<u>305.432</u>	<u>(19.710)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>47</u>	<u>109.284</u>	<u>1.111.979</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

12. IMOBILIZADO**a) Controladora (BR GAAP)**

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.576	282	459	1.705	8.278	653	12.953
Adições	4	12	-	-	17	-	33
Baixas	-	-	-	-	-	(472)	(472)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	<u>(126)</u>	<u>(16)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>(6)</u>	<u>(251)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>1.454</u>	<u>278</u>	<u>441</u>	<u>1.705</u>	<u>8.210</u>	<u>175</u>	<u>12.263</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

Notas Explicativas

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	43.454	7.152	4.529	5.066	16.303	12.781	89.285
Reestruturação societária (*)	2.751	1.059	645	-	3.515	4.432	12.402
Adições	880	858	77	-	127	1.158	3.100
Baixas	-	(21)	(5)	-	-	(1.170)	(1.196)
Transferências	296	-	-	-	-	(308)	(12)
Depreciação	<u>(3.424)</u>	<u>(401)</u>	<u>(171)</u>	<u>-</u>	<u>(326)</u>	<u>(408)</u>	<u>(4.730)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>43.957</u>	<u>8.647</u>	<u>5.075</u>	<u>5.066</u>	<u>19.619</u>	<u>16.485</u>	<u>98.849</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,5	13,1	

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

13. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	Intangível em andamento	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.101	13.441	14.542
Adições	2.256	922	3.178
Amortização	<u>-</u>	<u>(1.229)</u>	<u>(1.229)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>3.357</u>	<u>13.134</u>	<u>16.491</u>
Taxas anuais de amortização - %	-	20%	-

Notas Explicativas

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.954.077	5.324	15.202	-	1.974.603
Reestruturação societária (*)	397.354	303	153	9	397.819
Adições	29.845	4.324	990	-	35.159
Baixas	-	(357)	-	-	(357)
Transferências	758	(741)	(5)	-	12
Amortização	<u>(26.553)</u>	<u>-</u>	<u>(1.382)</u>	<u>-</u>	<u>(27.935)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>2.355.481</u>	<u>8.853</u>	<u>14.958</u>	<u>9</u>	<u>2.379.301</u>
Taxas anuais de amortização - %	(**)		-	20%	-

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(**) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,18% a 7,07% (2,05% a 6,41% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	11.309	9.081
Provisão para manutenção e amortização do intangível	-	24.724	(14.278)
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	4.116	4.190
Outros	<u>(7)</u>	<u>(1.422)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(7)</u>	<u>38.727</u>	<u>(1.025)</u>
Ativo diferido	-	63.201	20.329
Passivo diferido	<u>(7)</u>	<u>(24.474)</u>	<u>(21.354)</u>
	<u>(7)</u>	<u>38.727</u>	<u>(1.025)</u>

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(2.367)	(604)	(38.666)	(29.091)
Imposto de renda diferido	<u>(5)</u>	<u>(445)</u>	<u>(3.394)</u>	<u>(5.088)</u>
	<u>(2.372)</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(42.060)</u>	<u>(34.179)</u>
Variação na:				
Contribuição social - corrente	(872)	(233)	(14.022)	(10.551)
Contribuição social - diferida	<u>(2)</u>	<u>(401)</u>	<u>(1.223)</u>	<u>(502)</u>
	<u>(874)</u>	<u>(634)</u>	<u>(15.245)</u>	<u>(11.053)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	118.520	86.064	173.600	130.743
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(40.297)	(29.262)	(59.024)	(44.453)
Equivalência patrimonial	37.157	28.394	-	-
Juros sobre o capital próprio	2.172	-	4.113	-
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>(2.278)</u>	<u>(815)</u>	<u>(2.394)</u>	<u>(779)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.246)</u>	<u>(1.683)</u>	<u>(57.305)</u>	<u>(45.232)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(3.239)	(837)	(52.688)	(39.642)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(7)	(846)	(4.617)	(5.590)

Notas Explicativas

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	105	100	6.683	5.815
Cofins	541	446	4.520	3.914
PIS	117	97	980	848
ISS na fonte	5	9	772	846
Outros impostos	<u>455</u>	<u>172</u>	<u>3.142</u>	<u>2.773</u>
	<u>1.223</u>	<u>824</u>	<u>16.097</u>	<u>14.196</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Novembro de 2012	109% do CDI	82.973	80.883
Capital de giro	Mai de 2012	107,7% do CDI	6.490	6.213
Capital de giro	Novembro de 2012	110,2% do CDI	36.494	35.461
BNDES	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	94.233	96.765
Capital de giro	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	<u>40.748</u>	<u>39.565</u>
			<u>260.938</u>	<u>258.887</u>
Circulante			<u>150.994</u>	<u>146.406</u>
Não circulante			<u>109.944</u>	<u>112.481</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	20.583	22.274
2014	23.388	22.541
2015	10.150	9.303
2016	10.150	9.303
Posterior a 2016	<u>45.673</u>	<u>49.060</u>
	<u>109.944</u>	<u>112.481</u>

Notas Explicativas

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Em fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia Caminho do Mar celebrou contrato de cédula de crédito bancário de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro. A Ecovia Caminho do Mar, por meio de um aditivo de contrato, prorrogou o empréstimo de R\$35.000, com vencimento em novembro de 2012.
- Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato de R\$36.000, com a finalidade de capital de giro, em que a Companhia será sua avalista, com vencimento em novembro de 2012.
- Para o empréstimo da Ecosul, exige-se a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecosul fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora direta EcoRodovias.

Notas Explicativas**17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	1.039	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>21</u>	<u>191</u>
	1.060	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>8</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.068</u>	<u>1.090</u>
Circulante	<u>1.047</u>	<u>900</u>
Não circulante	<u>21</u>	<u>190</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Ativo imobilizado", apresenta em 31 de março de 2012 R\$1.736 (R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, e refere-se a equipamentos e caminhões.

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	436.743	434.414	1.164.607	1.155.215
Remuneração (juros)	20.924	9.423	71.779	51.518
Custos com emissão de debêntures	<u>(3.176)</u>	<u>(3.709)</u>	<u>(17.364)</u>	<u>(18.419)</u>
	<u>454.491</u>	<u>440.128</u>	<u>1.219.022</u>	<u>1.188.314</u>
Circulante	<u>203.089</u>	<u>191.589</u>	<u>409.148</u>	<u>366.008</u>
Não circulante	<u>251.402</u>	<u>248.539</u>	<u>809.874</u>	<u>822.306</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira série no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Notas Explicativas

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,24 3ª série - R\$1,19	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$9,02 3ª série - R\$8,62	1ª série - R\$1.078,58 2ª série - R\$1.078,58 3ª série - R\$1.078,58 4ª série - R\$1.078,58
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de "bookbuilding", com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/03/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	145.576	(501)	145.075	144.800	(1.034)	143.766
2014	53.426	(332)	53.094	52.649	(332)	52.317
2015	<u>53.442</u>	<u>(209)</u>	<u>53.233</u>	<u>52.665</u>	<u>(209)</u>	<u>52.456</u>
	<u>252.444</u>	<u>(1.042)</u>	<u>251.402</u>	<u>250.114</u>	<u>(1.575)</u>	<u>248.539</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/03/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	293.570	(2.186)	291.384	307.315	(3.287)	304.028
2014	176.740	(1.971)	174.769	181.415	(1.966)	179.449
2015	89.691	(1.322)	88.369	88.412	(1.317)	87.095
2016	36.249	(1.113)	35.136	35.747	(1.108)	34.639
2017	<u>226.564</u>	<u>(6.348)</u>	<u>220.216</u>	<u>223.417</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.095</u>
	<u>822.814</u>	<u>(12.940)</u>	<u>809.874</u>	<u>836.306</u>	<u>(14.000)</u>	<u>822.306</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA, índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R\$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

O contrato da controlada direta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.420.000</u>	<u>(29.807)</u>	<u>1.390.193</u>		

Notas Explicativas**19. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionados, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		31/03/2012	31/12/2011
Ativo não circulante-			
Mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	86.765	134.040
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	<u>58.123</u>	<u>66.590</u>
		144.888	200.630
Clientes:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	1.669	2.411
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	371	356
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	4.946	8.619
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Outras partes relacionadas	1.496	1.683
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	676	590
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	731	637
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	<u>36</u>	<u>-</u>
		9.925	14.296
Total do ativo		<u>154.813</u>	<u>214.926</u>
Passivo-			
Não circulante-			
Contas a pagar-			
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	1	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>20</u>	<u>7</u>
Total do passivo		<u>21</u>	<u>7</u>

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		31/03/2012	31/03/2011
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	4.691	4.776
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	1.207	1.229
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	6.545	14.595
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Outras partes relacionadas	5.616	5.718
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	2.030	1.327
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	815
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	165
ELG-01 Participações Ltda (c)	Outras partes relacionadas	36	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>2.232</u>	<u>-</u>
		<u>22.357</u>	<u>28.625</u>
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>7</u>	<u>81</u>
		<u>7</u>	<u>81</u>
Consolidado (IFRS E BR GAAP)			
	Natureza	31/03/2012	31/12/2011
Ativo-			
Não circulante - mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	<u>-</u>	<u>66.590</u>
		-	66.590
Não circulante - créditos diversos:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	-	1.683
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	36	-
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	<u>731</u>	<u>637</u>
		767	68.910
Intangível:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	1	313
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	32	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	1.007	17.021
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>4.336</u>	<u>40.424</u>
		5.376	57.758
Total do ativo		<u>6.131</u>	<u>126.668</u>

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		31/03/2012	31/12/2011
Passivo-			
Circulante - contas a pagar:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	34
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.194	260
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	36	36
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	1.252	1.090
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	662	370
		<u>3.144</u>	<u>1.790</u>
Não Circulante - contas a pagar:			
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>2</u>	-
		<u>2</u>	-
Total do passivo		<u>3.146</u>	<u>1.790</u>

	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		31/03/2012	31/03/2011
Resultado-			
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	24	1
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	-	76
		<u>24</u>	<u>77</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$86.765 (R\$134.040 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de dezembro de 2012.
- O valor de R\$58.123 (R\$66.590 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$114.204, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de março de 2012 é de R\$9.925.

O valor de R\$21 refere-se à transferência de funcionários entre as unidades.

Notas Explicativas

- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957. Deste total, foram incorridos R\$186.768 e há um saldo de R\$43.189 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$56.992 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de março de 2012, há um saldo de R\$18.022 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Rodovias das Cataratas, à Ecovia Caminho do Mar e à Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$24.018, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de março de 2012, há um saldo de R\$18.339 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e a C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

O Consórcio Planalto, formado pelas partes relacionadas à controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.283, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de março de 2012, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas**20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	712	1.858	1.921	4.874
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	540	452	1.679	1.246
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	137	174	379	441
IRRF a recolher	802	351	1.791	673
Contribuição Sindical a recolher	36	-	103	8
Provisão 13º Salário	395	-	1.099	-
Encargos sobre provisões 13º Salário	138	-	402	-
Provisão de férias	2.004	1.978	5.612	4.957
Encargos sobre provisões de férias	<u>1.126</u>	<u>963</u>	<u>2.705</u>	<u>2.044</u>
	<u>5.890</u>	<u>5.776</u>	<u>15.691</u>	<u>14.243</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

21. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas:		
Fixas	67.982	68.646
Variáveis	<u>3.249</u>	<u>3.535</u>
	<u>71.231</u>	<u>72.181</u>
Circulante	<u>17.785</u>	<u>17.082</u>
Não circulante	<u>53.446</u>	<u>55.099</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de março de 2012, restam 73 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 69,58% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de março de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

Notas Explicativas

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	9.117	12.477
2014	11.464	11.394
2015	10.470	10.406
2016	9.561	9.503
Posteriores a 2017	<u>12.834</u>	<u>11.319</u>
	<u>53.446</u>	<u>55.099</u>

O Poder Concedente elaborou e a controlada direta Ecovias concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011 (a partir de julho de 2012), que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA; no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M. Se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	Reestruturação Societária (*)	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	Efeito financeiro	<u>31/03/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	242.101	201.124	14.136	(300)	-	-	457.061
Efeito do valor presente sobre a constituição	(43.966)	(54.662)	(2.789)	-	(106)	-	(101.523)
Realização da manutenção	(138.443)	(78.578)	-	(12.597)	-	-	(229.618)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>23.725</u>	<u>24.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437</u>	<u>49.377</u>
	<u>83.417</u>	<u>92.099</u>	<u>11.347</u>	<u>(12.897)</u>	<u>(106)</u>	<u>1.437</u>	<u>175.297</u>
Circulante	<u>24.854</u>						<u>47.653</u>
Não circulante	<u>58.563</u>						<u>127.644</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

Notas Explicativas**23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Efeito financeiro	Transferência	31/03/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.010)	-	106	(9.904)
Realização da construção	(4.238)	-	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.626</u>	<u>204</u>	-	<u>7.830</u>
	<u>14.456</u>	<u>204</u>	<u>106</u>	<u>14.766</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>12.794</u>
Não circulante	<u>1.929</u>			<u>1.972</u>

24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do trimestre findo em 31 de março de 2012 é como segue:

Natureza	31/12/2011	Reestruturação Societária (*)	Adições	Pagamentos/ Reversões	Atualização monetária	31/03/2012
Cível (a)	16.548	3.803	124	(336)	239	20.378
Tributária (b)	1.770	-	176	(6)	46	1.986
Trabalhista (c)	<u>8.392</u>	<u>1.700</u>	<u>847</u>	<u>(305)</u>	<u>264</u>	<u>10.898</u>
	<u>26.710</u>	<u>5.503</u>	<u>1.147</u>	<u>(647)</u>	<u>549</u>	<u>33.262</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2012, R\$11.755 (R\$9.542 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias dos Imigrantes, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 31 de março de 2012, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$13.429 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2012, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$15.096 (R\$7.453 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social é de R\$696.715 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 696.715 (391.283 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Evento societário:

Em 30 de março de 2012 através de reestruturação societária, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços, com 305.432 ações. Vide nota explicativa nº4.b)

Notas Explicativas

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	3.042	6.664
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(999)	(8.171)
Participação nos lucros do período	<u>1.021</u>	<u>4.549</u>
Saldo final	<u><u>3.064</u></u>	<u><u>3.042</u></u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia, por meio de suas controladas diretas, concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora direta EcoRodovias.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo “Black-Scholes” para a precificação do valor justo das opções. No trimestre findo em 31 de março de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$47.

Notas Explicativas

26. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a controlada direta Ecovias, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo “TAM” 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	163.452	141.953
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	155.207	118.766
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	31.921	28.306
Outras	-	-	411	228
	-	-	350.991	289.253
Receita de construção	-	-	31.341	30.960
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>31.357</u>	<u>29.302</u>	<u>17.766</u>	<u>17.089</u>
	31.357	29.302	49.107	48.049
Receita bruta	<u>31.357</u>	<u>29.302</u>	<u>400.098</u>	<u>337.302</u>
Deduções de receita (d)	<u>(3.528)</u>	<u>(3.297)</u>	<u>(34.739)</u>	<u>(20.146)</u>
Receita líquida	<u>27.829</u>	<u>26.005</u>	<u>365.359</u>	<u>317.156</u>

- (a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da parte relacionada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

Notas Explicativas

- (d) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº26.

28. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Pessoal	10.256	7.592
Conservação e manutenção	583	885
Serviços de terceiros	1.044	1.320
Locação e aluguéis	462	389
Depreciação e amortização	1.480	1.265
Outros	<u>874</u>	<u>843</u>
	<u>14.699</u>	<u>12.294</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Pessoal	30.526	23.875
Conservação e manutenção	11.243	13.672
Serviços de terceiros (*)	13.855	11.414
Seguro	2.249	1.962
Provisão para manutenção	11.347	9.265
Custos com construção	31.341	30.960
Poder Concedente	8.755	10.663
Depreciação e amortização	32.665	25.473
Locações de imóveis e máquinas	2.721	1.978
Outros	<u>10.762</u>	<u>8.147</u>
	<u>155.464</u>	<u>137.409</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	136.191	123.989
Despesas gerais e administrativas	<u>19.273</u>	<u>13.420</u>
	<u>155.464</u>	<u>137.409</u>

- (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

Notas Explicativas**29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	6.615	4.955	13.042	20.238
Outras receitas financeiras	<u>5.557</u>	<u>6.368</u>	<u>23</u>	<u>2.975</u>
	<u>12.172</u>	<u>11.323</u>	<u>13.065</u>	<u>23.213</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(11.522)	(17.700)	(28.377)	(34.568)
Juros sobre financiamentos	-	-	(6.745)	(11.846)
Variação monetária sobre debêntures	(2.329)	(3.444)	(9.513)	(18.672)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(1.846)	(3.507)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(534)	(162)	(1.111)	(437)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	-	-	(1.641)	(2.083)
Outras despesas financeiras	<u>(545)</u>	<u>(41)</u>	<u>(31)</u>	<u>(1.028)</u>
	<u>(14.930)</u>	<u>(21.347)</u>	<u>(49.264)</u>	<u>(72.141)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.758)</u>	<u>(10.024)</u>	<u>(36.199)</u>	<u>(48.928)</u>

30. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,17</u>	<u>0,22</u>

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>115.274</u>	<u>84.381</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>394.724</u>	<u>391.383</u>

Notas Explicativas

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (“PLR”)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No trimestre findo em 31 de março de 2012, a PLR foi de R\$1.028 (R\$396 em 31 de março de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, e refletem as condições de mercado no fim de cada período.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro: são classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (a)	454.491	440.128	1.481.028	1.448.292
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(138.856)</u>	<u>(268.131)</u>	<u>(400.068)</u>	<u>(431.943)</u>
Dívida líquida	315.635	171.997	1.080.960	1.016.349
Patrimônio líquido (b)	1.084.770	857.341	1.087.834	860.383
Índice de endividamento líquido	<u>0,29</u>	<u>0,20</u>	<u>0,99</u>	<u>1,18</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	86	86
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	68.685	68.685
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	376.046	376.046
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	24.833	24.833
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	260.938	242.326
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	1.068	1.068
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.219.022	1.208.943
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	71.232	54.802

- (a) O saldo de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo no fim de cada período.
- (c) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com a taxa de 5,84% a.a., com base nas parcelas a vencer.
- (d) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 31 de março de 2012.
- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$49.433 (R\$61.441 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva -	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	2015 em	<u>Total</u>
	<u>% a.a.</u>				<u>diante</u>	
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	10.499	7.612	10.150	65.973	94.234
Capital de giro	108,99% do CDI	125.957	-	-	-	125.957
Capital de giro	TJLP + 2,45% a.a.	14.538	12.971	13.238	-	40.747
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	1.047	21	-	-	1.068
Credor pela concessão	IGP-M	17.786	9.117	11.464	32.865	71.232
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	139.243	119.965	86.539	-	345.747
Debêntures	IPCA + 8,50% a.a.	269.905	171.419	88.230	343.721	873.275

d) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças nos cenários político e setorial que

Notas Explicativas

possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures – Ecovias	Alta do CDI	12.984	15.310	17.608
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures – Ecovias	Alta do IGP-M	38.202	40.793	43.383
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures – EcoRodovias	Alta do IPCA	87.026	99.642	112.165
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	287.879	317.191	346.500
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10.841	13.056	15.263
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	31.062	38.827	46.592

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,39%	14,24%	17,08%
IGP-M (b)	3,23%	4,04%	4,85%
IPCA (c)	5,24%	6,55%	7,86%
TJLP (d)	1,974	2,47	2,96

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de março de 2012.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de março de 2012.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

(d) Refere-se à taxa da TJLP em 31 de março de 2012.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$558 milhões
Equipamentos	R\$1,9 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.432 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$5.319 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.288 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$152 milhões

Notas Explicativas

34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de construção	2.488	2.345
Custos de construção	<u>(2.488)</u>	<u>(2.345)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Notas Explicativas

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de construção	8.184	9.955
Custos de construção	<u>(8.184)</u>	<u>(9.955)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$424.315 (R\$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

Notas Explicativas

- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema

Notas Explicativas

existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de construção	11.280	13.646
Custos de construção	<u>(11.280)</u>	<u>(13.646)</u>
	=====	=====

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$317.568 (R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Notas Explicativas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de construção	4.094	5.014
Custos de construção	<u>(4.094)</u>	<u>(5.014)</u>
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$67.366 (R\$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

Notas Explicativas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/2012</u>
Receita de construção	5.295
Custos de construção	<u>(5.295)</u>
	<u> -</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Conforme a nota explicativa nº 4, em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Ecorodovias Concessões e Serviços.

Notas Explicativas

35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$243 (R\$180 em 31 de março de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Notas Explicativas

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

38. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria, e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelo IAS 34, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.